

MÍDIA E HISTÓRIA: AMBIGÜIDADES E PARADOXOS

Ana Paula Goulart Ribeiro

“Hoje em dia, mais do que em qualquer período de nossos tempos, os conceitos de história e de jornalismo mantêm uma total afinidade. Convivem tão intimamente que tentar separá-los resultará em grave erro de avaliação histórica ou em imperdoável falha de compreensão do fenômeno jornalístico.”¹ - Roberto Marinho

Nos últimos anos, os jornais têm feito constantemente apelo à história, tanto nos seus processos de legitimação social - nos seus *lugares de auto-referenciação*² - como no seu enunciar cotidiano. E o têm feito de uma maneira cada vez mais constante e intensa. Quanto mais vamos nos aproximando do fim do século, mais o olhar da mídia se volta para trás. Estamos presenciando a uma verdadeira explosão do discurso da memória no jornalismo.

A obsessão jornalística pela questão da memória e da história pode parecer contraditória com o que normalmente costuma-se atribuir à contemporaneidade (ou *pós-modernidade*, como preferem chamar alguns autores). Afinal, o discurso da história - ao ordenar passado-presente-futuro em uma representação do tempo como linear, contínuo e cumulativo - constituiu o paradigma por excelência do projeto moderno, agora aparentemente em crise. Além disso, a mídia, com suas intrincadas redes de informação e acelerados ritmos de transformação tecnológica, parece induzir - pelo desejo de fruição plena no presente - ao enfraquecimento da consciência histórica.

¹ In *Quinze anos de História*. Rio de Janeiro, Rede Globo de Televisão, 1984.

² Chamamos de *lugares de auto-referenciação* aos espaços nos quais o jornal tenta construir uma imagem de si próprio e através dela se legitimar, como, por exemplo, as campanhas publicitárias, os editoriais, as edições comemorativas etc.

Mas se a cultura pós-moderna é inerentemente amnésica, não há dúvidas de que também é profundamente mnemônica. Vivemos uma reorganização da temporalidade, em que o futuro deixa de ser pensado como dinâmico e superior e parece dobrar-se numa volta ao passado. Os impulsos mnemônicos de nossa era são, no entanto, bastante distintos daqueles que marcaram, por exemplo, o historicismo do século XIX. Eles são caóticos, fragmentários, flutuantes e não possuem um foco político e territorial claro.

Andreas Huyssen, no seu livro *Memórias do Modernismo*, propõe o conceito de “musealização” para pensar o processo amplo e amorfo através do qual o museu tradicional explode seus muros e uma nova sensibilidade a ele ligada invade espaços cada vez maiores da cultura e da experiência cotidiana.³ A restauração dos centros urbanos, a onda de antiquários, a moda retrô, a nostalgia, a literatura confessional e memorialista, tudo parece indicar que o passado tornou-se o paradigma-chave não só das práticas discursivas da mídia jornalística, mas das atividades culturais contemporâneas como um todo.

O objetivo deste trabalho é exatamente tentar pensar a amnésia e a memória juntas. Gostaríamos de descobrir de que maneira essas categorias coexistem no interior do jornalismo impresso e mostrar quais as relações - às vezes tensas e contraditórias - que entre si estabelecem.

Os paradoxos temporais do jornalismo

O jornalismo é, em uma primeira instância, a negação do passado e da memória. Os jornais são escritos para comunicar aos contemporâneos, sincronicamente localizados, os acontecimentos de seu tempo e não para registrá-lo para as gerações futuras. Os jornais são feitos para os leitores e os anunciantes, não para os historiadores. Sua âncora é o tempo **presente**. Seu eixo articulador é o atual, o novo.

³ HUYSSSEN, Andreas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

Além disso, enquanto modalidades discursivas semantizadoras da transformações da realidade, a atualidade jornalística e a história diferenciam-se bastante. A última cria uma dimensão profunda no tempo, enquanto a outra extrai uma sincronia na superfície das narrativas. A segunda enraíza os acontecimentos em uma cronologia, a primeira costura fatos diversos sem estabelecer entre eles relações causais. A história explica o presente pelo passado e a partir daí determina as condições de possibilidade do futuro; no jornalismo, passado e futuro se mantêm como virtuais, jamais atualizados.⁴ A história se faz em um *continuum*, em um processo; a atualidade é um recomeçar a cada dia.

Os vínculos entre jornalismo e história (entre atualidade e passado) são, entretanto, bem mais estreitos do que podem parecer à primeira vista. Pois se a imprensa é negação do passado e da memória, também é a sua afirmação. A imprensa faz constantemente apelo à história, tanto na sua dimensão discursiva (enquanto modelo explicativo e ordenador do real), quanto no que diz respeito as seus mecanismos de funcionamento. Além disso, mesmo que não seja este seu objetivo, os jornais registram e constroem memória - e o que é mais interessante sabem muito bem disso.

Os meios de comunicação têm um papel crucial na produção de uma idéia de história. Primeiro porque, ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produz, no âmbito do senso comum, sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos. E segundo porque aponta, entre todos os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância. A mensagem jornalística, enquanto registro da realidade, assume, assim, uma certa “aura” e acaba por impor aos próprios historiadores um modo de recordação do passado.⁵

⁴ Cf. MOUILLAUD, Maurice (org.). *O jornal*. Brasília, Paralelo 15, 1997.

⁵ A mídia vem sendo cada vez mais utilizada pelos historiadores como fonte em suas pesquisas. Do total de trabalhos que abarcam o séc. XX apresentados, em 1995, no Encontro Nacional de Pós-graduandos em História, cerca de 70% utilizavam meios de comunicação (sobretudo jornais) como fonte histórica.

O papel de formalizador da memória não passa de modo algum despercebido aos produtores de notícia. O lançamento pelo jornal *O Globo* do slogan publicitário *O jornal é a história do seu tempo* é um exemplo claro disso. O próprio Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, em uma publicação comemorativa do aniversário do Jornal Nacional, afirmou: “*Fazemos hoje, com os meios eletrônicos, um trabalho semelhante ao dos monges de antigamente, nos silêncios das abadias: o registro factual da história.*”

Na *Revista de Comunicação* recentemente publicada (maio de 1997), há uma matéria intitulada “A dura vida do repórter de passeata”. Nela, o jornalista Christiaan Escot Morais, referindo-se aos acontecimentos de maio de 68 na França e no Brasil, afirma que os repórteres foram “testemunhas oculares da história” (máxima já utilizada pelo *Repórter Esso* desde a década de 40) e que fazer reportagem significava viver a sensação de estar escrevendo para a história. Diz ele: “*Foi neste final da década de 60 que o trabalho do jornalista confundiu-se com o do historiador, e a reportagem ia para a rua viver o fato, testemunhá-lo, para depois literalmente, contar a história na redação.*”

Chico Nelson, jornalista que cobriu o episódio do seqüestro do embaixador norte-americano em 1969, afirma: “*Eu sabia que aquelas matérias não iriam virar mero embrulho de peixe, mas sim um registro de época, que serviria de base para a História no futuro.*” (pp. 10-14)

Os exemplos poderiam multiplicar-se, mas gostaríamos somente sublinhar que a formalização e o registro da memória social, mesmo não sendo a função social primeira do jornalismo, acaba sendo sua função secundária, uma espécie de efeito colateral extremamente importante, inclusive no próprio processo de legitimação social de sua função “principal”. Os jornalistas percebem a dimensão memorialista de sua prática e a utilizam para fundamentar seus valores, para justificar sua deontologia.

Nesse processo, a imprensa tenta desqualificar outros universos discursivos que se apresentam como ordenadores da realidade social, como é o caso dos discursos científicos ou acadêmicos. E o faz às vezes de forma bastante explícita, como é o caso de Fernando

Segismundo, presidente do Conselho Administrativo da ABI, no jornal da Associação. Diz ele: “*Nem só os especialistas saídos da Universidade são capazes de praticar a história. (...) Quem, hoje, com o aparato acadêmico, está pesquisando com os bons resultados de Capistrano e escreveria novos Capítulos? Não se quer dizer que ontem seja melhor que hoje; apenas pedir um pouco de modéstia aos mestres e doutores na matéria. (...) a elaboração da história - pesquisa, avaliação crítica e redação - independe de rigoroso preparo em escola superior (...) Sem irreverência, pode-se proclamar que a **história do presente** não está sujeita à Universidade. Recorrendo à entrevistas, cine-documentários, transmissões ao vivo, fontes orais, fotografias e cartas compõe-se história da melhor. Bob Woodward e Carl Bernstein (Todos os homens do presidente) e Peter Arnett (A Guerra do Golfo) não precisaram de exibir diploma para operarem excelente história”* (p.5)

No processo de construção do seu lugar social, o jornalismo, algumas vezes, chega a abrir mão da própria atualidade do fato. A revista *Veja*, na sua edição de 15 de maio de 1996, dedica a sua capa a questão da escravidão e nos oferece um editorial extremamente elucidativo, intitulado “Jornalismo voltado para o passado”. Assim começa: “*O jornalismo trabalha com o presente. Sua matéria-prima é o que acaba de acontecer, o novo, a notícia. Mas pode também haver um **jornalismo do passado**. Esse jornalismo é tão mais possível de existir quanto mais desconhecido for o passado de um país. No Brasil, onde a curiosidade histórica, ao mesmo nos últimos anos, foi fortemente direcionada para o século atual, o passado mais remoto é um terreno quase incógnito. Não é só que o Brasil, como já disse o jornalista Ivan Lessa, a cada dez anos esquece o que aconteceu nos dez anos anteriores. A cada século o país parece esquecer o que aconteceu nos anteriores. Nesse sentido, no Brasil há campo para um jornalismo de caráter histórico.*”

Vale a pena prestar atenção aos dois grifos feitos nas citações acima. O jornalismo, segundo seus profissionais, tanto pode fazer **história do presente**, como **jornalismo do passado**. Nesse jogo de palavras, o que se entende por história e jornalismo e o que se entende por presente e passado permanece ambíguo.

Além da questão da história como um produto complementar e legitimador das enunciações jornalísticas, uma outra se coloca: mesmo o novo, o acontecimento jornalístico - ancorado no tempo presente, na atualidade - está constantemente referenciado ao velho, ao passado. Isso é facilmente observável através de uma leitura um pouco mais atenta de qualquer jornal diário ou revista semanal de informação. Não me refiro apenas àqueles *boxes* normalmente utilizados nas matérias maiores para fazer referências aos antecedentes de um acontecimento, mas à enunciação jornalística como um todo.

Examinemos, por exemplo, um número da revista *Veja*: a edição de 9 de julho de 1997. As três reportagens principais, inclusive a da capa, têm como pano de fundo (senão como foco central) a história. Izalco Sardenberg conta a vida e as aventuras do navegador Vasco da Gama. Paulo Moreira Leite volta aos tempos da ditadura militar e apresenta o depoimento do general Octávio de Medeiros, ex-chefe do SNI. O fotógrafo Orlando Brito e a editora Dorrit Harazim refazem o derradeiro percurso de Che Guevara, no interior da Bolívia. Além disso, inúmeras referências ao passado são feitas em outros espaços da revista: no editorial, na coluna de Marcos Sá Correia, na do Anselmo Goes, nas resenhas dos livros, nas matérias sobre a morte de Osmar Macedo, Robert Mitchum e James Stewart, na crítica da exposição dos pintores Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes etc.

Muitas vezes, mesmo os fatos novos são articulados a outros do passado, numa tentativa de atribuir-lhes, por semelhança, sentido. Observemos a matéria de *Veja* (23/7/97) intitulada “Dia de caos nas Alagoas”. Nela, os repórteres Manoel Fernandes e Laura Capriglione afirmam que a greve de policiais de Maceió de certa forma repercutia a Revolução Russa de 1905. Utilizou-se, inclusive, duas fotos contrapostas (uma em preto-e-branco da Rússia de ontem e outra colorida de Alagoas de hoje). Diz a legenda: “*O confronto na Praça Pedro II, em Maceió, e a revolução na Rússia, quando soldados e camponeses enfrentaram tropas governistas: o mesmo esfarelamento do poder.*”

É interessante observar que o passado não é vinculado ao presente por uma relação de causalidade qualquer. O presente não se encadeia ao passado para formar uma narrativa. As enunciações noticiosas de ontem e de hoje não se articulam de fato; apenas se fundem na descrição das sucessivas atualidades. Não se trabalha com a idéia de processualidade, como já observamos anteriormente. O retorno ao passado representa, aqui, a integração do fato da atualidade a um outro fato “semelhante”, que o precedeu. A notícia se inscreve, assim, na reprodução de um modelo, na reatualização de um paradigma.⁶

Os jornais apresentam essa mesma dualidade temporal na sua dimensão enunciativa. Apesar de suas representações se referirem ao novo, ao que está em constante transformação, ao nunca estável; apesar disso, os seus protocolos discursivos trabalham com invariantes, com a repetição das estratégias. São os chamados *contratos de leitura*, dispositivos mais ou menos cristalizados, que permitem a construção de uma certa “identidade” do jornal e, assim, a estabelecimento no tempo de vínculos com os leitores.⁷ A incessante permuta de informações se faz através de estruturas estáveis do ponto de vista enunciativo.

Acreditamos que a mídia, com sua datação cotidiana baseada na idéia de tempo homogêneo e vazio (cronológico), não substitui totalmente a experiência do tempo cíclico. A mídia também faz apelo em seus rituais enunciativos a uma temporalidade baseada numa representação tradicional de mundo. A atualidade, figurada como processo permanente de mudanças, é relatada jornalisticamente segundo intervalos regulares, próprios a cada veículo-suporte (empresa jornalística). Diário, semanal, mensal, vespertino, matinal, não importa: as notícias são continuamente apresentadas em intervalos regulares, sempre retornando “no mesmo bat-horário, no mesmo bat-canal” e segundo as mesmas modalidades discursivas.

⁶ MOUILLAUD, op. cit..

⁷ Sobre “contrato de leitura”, Cf. VERÓN, Eliseo. “Quand lire c’est faire: l’enonciation dans le discours de la presse écrite” In *Semiotique II*. Paris, IREP, 1983.

Em outras palavras, se em termos representativos, os discursos jornalísticos se pautam por uma temporalidade cronológica (ainda que ancorada em um presente eternamente reatualizado), em termos enunciativos, configuram-se ciclicamente. Como forma e conteúdo (representação e enunciação) constituem uma unidade orgânica, em termos semióticos indissolivelmente ligados, as novidades jornalísticas são absorvidas pelas estruturas cíclicas que regem a temporalidade do cotidiano, ao mesmo tempo em que esse mesmo cotidiano é ressemantizado pelas estruturas da cronologia temporal da representação noticiosa. No evento jornalístico não há apenas descontinuidade brusca, ruptura, como pode parecer à primeira vista, há também uma “marcação rítmica”, como já o afirmou Muniz Sodré.⁸

A mídia trabalha, assim, na dinâmica das duas temporalidades (da cíclica e da histórica). Subordina, de alguma forma, a temporalidade produtiva, do novo, do acontecimento, à lógica do tempo repetitivo, da série. É este que dá suporte aos seus cerimoniais, que possibilita no *continuum* as identificações e as construções dos vínculos (aquilo que Verón chama de *reconhecimento*).

Há algo anacrônico no interior da mídia?

Com a inserção das novas tecnologias de informação, a nossa experiência foi alargada para muito além das fronteiras territoriais que nos rodeiam e que definem nossas comunidades de pertencimento. Estamos (ou pelo menos podemos potencialmente estar) em contato permanente e instantâneo com uma multiplicidade de mundos. Os novos dispositivos, ao romperem as barreiras de tempo e espaço, definiram novos horizontes de experiência, instaurando outros tipos de vínculos sociais. Este modelo de sociabilidade

⁸ Cf. SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura*. Petrópolis, Vozes, 1996.

(em referência a clássica divisão entre *solidariedade mecânica* e *orgânica* de E. Durkheim) foi chamado por alguns autores de *solidariedade por conexão ou reticular*.⁹

O vínculos entre os indivíduos se constituem não mais por apelo à tradição ou somente por algum tipo de complementariedade funcional, mas também por escolhas aleatórias entre elementos disponíveis nas redes telemáticas. O enraizamento em territórios de pertencimento e a história cultural concretamente partilhada não constituem mais pré-requisitos para ligar a pessoas umas às outras; as solidariedades podem instalar-se de forma eletiva e contingente.

A heteronímia nas vinculações intersubjetivas, possibilitadas pelas redes informativas e pelas formas reticulares de sociabilidade, favorecem a instabilidade ou transitoriedade identificatória. As novas tecnologias genéticas e cosméticas, que possibilitam a livre combinatória das identidades pessoais, também contribuem para a mutação cultural das regras de construção das identidades contemporâneas¹⁰.

Alguns autores preferem, por isso, não mais falar em *identidade*, pois esta noção sugeriria uma idéia de unidade e estabilidade; propõem a sua substituição pelo conceito de *identificação*, que remete a um processo mais dinâmico e instável.

Mas, em meio a todo o novo aparato tecnológico, qual será o papel mídia impressa no processo de constituição da identidades ou identificações contemporâneas?

Se tomarmos como exemplo os seus espaços de auto-referenciação, nos parece que jornal vende justamente a possibilidade de identificações estáveis, através de meta-narrativas, explicativas e ordenadoras do caos social. O que a imprensa oferece - ao construir sua auto-imagem - é um lugar de mediador entre os sujeitos e a realidade e faz isto nos moldes do projeto moderno. Não importa que, de fato, oferte o oposto nos seus

⁹ Cf. RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e Cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa, Presença, 1994.

¹⁰ Cf. MUNIZ, Sodré, op. cit., p. 174.

espaços enunciativos cotidianos; é dessa forma que a imprensa legitima-se, constrói sua “função social”, a sua existência como necessária. A imprensa se vende como uma *instituição genuinamente moderna*, apesar de profundamente marcada pelas contradições e ambigüidades da pós-modernidade.

A mídia espetaculariza, mas também resguarda a legitimidade da representação objetiva. Faz isso através, entre outras coisas, de reenvios múltiplos ao passado, rememorado como história. Afinal, desde a modernidade, as referências básicas para a construção dos processos identitários foram fornecidas pelos protocolos discursivos da história-disciplina.

A imprensa, assim, joga com a ilusão do homogêneo e do total: se o que consumimos é a fragmentação, o que compramos é a esperança (evocada em suas embalagens e invólucros) do total, do contínuo, do linear e do homogêneo. A mídia jornalística assume uma postura indubitavelmente moderna, oferecendo ao sujeito instável formas tradicionais de identidade através da simulação.

A mídia-oásis

Segundo Andreas Huyssen, nas sociedades contemporâneas, formas de “âncora temporal” tornam-se cada vez mais imprescindíveis, na medida em que as nossas coordenadas territoriais e espaciais se esmaecem ou são dissolvidas pela crescente mobilidade do mundo. O apelo à memória e à história representa uma tentativa de diminuir o ritmo acelerado das informações, de resistir à dissolução do tempo, de descobrir uma forma de contemplação fora do universo da informação rápida, de afirmar um espaço em um mundo de desnorteante e ameaçadora heterogeneidade. Nossa obsessão pelo passado funcionaria, em última instância, como uma reação aos acelerados processos técnicos que estão transformando nossa vida.¹¹

¹¹ HUYSEN, op. cit., p.18.

A imprensa evoca, principalmente em seus espaços de auto-referenciação, essa tese da *compensação/resistência* desenvolvida por Huyssen. A campanha de *O Globo* (“O jornal é a história de seu tempo”) é um exemplo bem claro disso. Os anúncios construíram, através de algumas operações de enunciativas¹², a imagem do real como confuso e caótico, devido a rapidez das transformações históricas.

Observemos alguns trechos: “*Aquilo tudo é isso que já não é mais nada disso.*”; “*Quando você acabar de ler este anúncio o mundo já será outro.*”; “*O tempo está cada vez mais curto para contar a história, mesmo porque a história muda o tempo todo*”; “*As coisas começaram a mudar cada vez mais depressa a cada ano, a cada mês, a cada semana, a cada dia, com tamanha velocidade que é quase impossível se manter atualizado. Ainda bem que existe O Globo.*”

A atualidade é o caos, lugar de entropia, e a mídia é a instância da ordenação, do sentido, da inteligibilidade. O jornal se apresenta - tal como os museus para Huyssen - como um lugar de tranquilidade, uma espécie de *oásis* frente a aceleração do mundo externo.

Os meios de comunicação evocam a crise da modernidade (a aceleração, a falência da história-disciplina como modelo explicativo etc.) para apresentar-se como uma solução, a única possível. Mas a mídia não é - como tenta parecer - um local tão bem delimitado, cujas fronteiras, marcadas por duras paredes, impediriam a contaminação com o mundo exterior. O caos pós-moderno, não o esqueçamos, é constitutivo da lógica midiática.

O jornalismo impresso, como vimos, desenvolve múltiplas (e às vezes contraditórias) relações de sentido com a dimensão temporal. Se em um primeiro momento distancia-se do discurso da história, como um lugar distinto de semantização

¹² Essas operações foram analisadas em nossa dissertação de mestrado. Cf. *A história de seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, 1995.

dos fatos e de estruturação temporal, em seguida a ele se articula, mesclando promiscuamente as suas lógicas.

O jornalismo é local de tensão entre tendências aparentemente antagônicas. Mas tradição, modernidade e pós-modernidade não são, afinal, termos excludentes, que designam épocas historicamente distintas e encadeadas no tempo. As três experiências podem coexistir, e coexistem de fato, nas páginas dos jornais.